

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS GERÊNCIA DE CRATEÚS – BACIA DO RIO PARNAÍBA



ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS SERTÕES DE CRATEÚS

01	No dia 20 de fevereiro do ano de 2020, realizou-se a 26ª reunião ordinária do CBHSC no
02	auditório da CAGECE, em Crateús-CE. Ao todo estavam presentes 23 instituições do
03	colegiado, representando 76,66% do CBHSC e 24 membros entre titulares e
04	suplentes. Como convidados estiveram presentes a Superintendência de Obras
05	Públicas – SOP, a FUNCEME, a Secretaria das Cidades, a turma de geografia do Instituto
06	Federal do Ceará (IFCE) e a secretaria-executiva/COGERH, totalizando 54 participantes.
07	Foi registrada a ausência dos membros da Prefeitura Municipal de Independência,
80	SAAE de Ipaporanga, Colônia de Pescadores de Novo Oriente, Associação de
09	Malhada Vermelha, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS,
10	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -
11	IBAMA e Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH. Às 09:00h a presidente Nilce
12	Pereira fez o acolhimento da plenária e apresentou a pauta da reunião: 1) 08:00h -
13	Acolhida e café da manhã; 2) 08:30h - Leitura e aprovação da ata referente a 25ª reunião
14	ordinária – Lacerda/Secretário; 3) 09:00 – Prognóstico 2020 - Meiry
15	Sakamoto/FUNCEME; 4) 09:40 - CE - 351 - Superintendência de Obras Públicas -
16	SOP; 5) 10:20 - Acompanhamento da volumetria dos reservatórios dos Sertões de
17	Crateús - COGERH; 6) 10:50 - Orçamento 2020; 7) 11:10 - Apresentação e aprovação
18	do Relatório Anual de Atividades do CBHSC, ano: 2019 – COGERH; 8) 11:30 – Relato:
19	9ª Reunião do Grupo de Trabalho do CBH Parnaíba; Comenda Zaranza 2020; Reunião
20	CBH Parnaíba; Reunião do FCCB; Seminário Institucional para Formação da Comissão
21	Gestora do açude Barra Velha; 9) 11:50h - Deliberações e 10)12:00h -
22	Encerramento/almoço. Após a leitura da pauta, Nilce passa a palavra para Lacerda,
23	secretário do CBHSC, que faz a leitura de ata da 25ª reunião ordinária que foi aprovada.
24	Na sequência Nilce submete à plenária a aprovação de algumas mudanças na pauta, quais
25	sejam: que apresentação do acompanhamento volumétrico dos reservatórios seja logo
26	após a fala de Meiry; Que seja incluída a apresentação sobre saneamento da Secretaria
27	das Cidades logo em seguida e somente após a participação da SOP, sendo que seja
28	retirada de pauta o orçamento 2020, após as colocações de Nilce a plenária vota e aprova
29	as alterações. Em seguida Nilce convida Meiry Sakamoto, meteorologista da
30	FUNCEME, para falar sobre o prognóstico climático para o trimestre: fevereiro, março e

31 abril. Meiry inicia sua apresentação trazendo dados da quadra chuvosa de 2019, 32 destacando que a normal climatológica dos Sertões de Crateús é 494,3 mm, mas em 2019 33 foi observado precipitações de 560,4 mm na região, portanto um desvio positivo de 13,4%. Na sequência Meiry apresenta mapas de todos os dias de dezembro de 2019 e 34 35 janeiro de 2020, mostrando que em dezembro praticamente não choveu, já o mês de 36 janeiro foi bem positivo para o Estado do Ceará, pois a média de chuvas para esse mês é 37 98,7 mm e choveu 145,5%, com isso a pré-estação chuvosa no Ceará teve desvio positivo 38 de 19,1mm, pois a média é 130,3 mm e choveu 155,2 mm. Esse desvio positivo na pré-39 estação chuvosa (dezembro + janeiro) também foi observado nos Sertões de Crateús, 40 sendo que tal comportamento das precipitações se repetiu em quase todos os municípios da região dos Sertões de Crateús, com exceção de Ararendá e Ipaporanga que tiveram no 41 42 período precipitações inferiores a sua normal climatológica. Dando continuidade a sua fala, Meiry trata sobre o comportamento do Oceano Pacífico, ressaltando que o resumo 43 44 de 50 modelos de estudo da temperatura da superfície do mesmo mostra que não há El 45 niño, o Oceano Pacífico está neutro. O que é positivo para a quadra chuvosa do Nordeste 46 e assim, do Estado do Ceará também. Na sequência Meiry mostra o comportamento do 47 Oceano Atlântico, ressaltando que o Atlântico Sul está mais aquecido que o Atlântico 48 Norte, o que também é bom. Após falar dos Oceanos, Meiry expõe o prognostico da FUNCEME para fevereiro, março e abril, que é 45% acima da normal climatológica, 49 50 35% normal e 20% abaixo da normal, sendo que há uma tendência de se ter uma quadra 51 chuvosa mais curta, com as chuvas diminuindo a intensidade ao longo da estação, e que 52 teremos mais chuvas no centro-norte do Estado. Dando continuidade a pauta, Nilce 53 convida o coordenador do Núcleo de Operação da COGERH/Crateús, Helder Lucena, 54 para apresentar os dados da operação 2019.2 nos reservatórios monitorados pela Companhia na Bacia dos Sertões de Crateús. Helder inicia sua apresentação mostrando o 55 56 que foi simulado e aprovado pelo CBHSC e o que foi realizado em cada reservatório, e inicia pelos reservatórios que compõe o sistema Crateús, começando pela Barragem do 57 Batalhão, informando que no dia 08/07/2019 o reservatório estava com 1.466.760 m³ e 58 foi simulado que o mesmo chegaria a 31/01/2020 com 99.497 m³, mas a Barragem do 59 Batalhão chegou a essa data com 417.721 m³, portanto 318.224 m³ a mais que o 60 simulado. Já o açude Carnaubal estava com 6.128.722 m³ em 08/07/2019 e pela 61 62 simulação ele chegaria a 31/01/2020 com 1.502.705 m³, porém o mesmo chegou a essa 63 data com volume bem superior, 1.643.662 m³. Em seguida Helder apresenta a avaliação 64 da operação 2019.2 do sistema Independência que envolve 03 (três) reservatórios, sendo eles: Cupim, Barra Velha e Jaburu II, informando que o açude Cupim tinha 470.172 m³ 65

66 em 08/07/2019 e que foi simulado que o mesmo chegaria a 30/09/2019 com 80.274 m³, 67 no entanto o reservatório chegou a essa data com 150.755 m³, e Helder esclarece que essa 68 diferenca deve-se muito ao fato do acude Cupim ter sido utilizado pela CAGECE para 69 receber da água da lavagem de filtros. Já o acude Barra Velha estava em 08/07/2019 com 70 1.336.405 m³ e foi simulado que em 31/10/2019 o reservatório estaria com 126.851 m³, 71 mas chegou a esse com 203.100 m³. O açude Jaburu II que estava em 08/07/2019 com 72 11.765.599 m³ e pela simulação chegaria a 31/01/2020 com 3.644.365 m³, porém chegou 73 a essa data com 5.266.574 m³. Com relação ao açude Flor do Campo, que abastece Novo 74 Oriente, em 08/07/2019 estava com 8.883.850 m³ e que foi simulado que o mesmo 75 chegaria a 31/01/2020 com 2.980.546 m³, no entanto o açude chegou a essa data com 76 4.412.708 m³. O açude Colina que abastece Quiterianópolis, em 08/07/2019 estava com 77 3.534.965 m³ e pela simulação chegaria a 31/02/2020 com 1.661.893 m³, porém chegou a essa data com 2.033.424 m³. O acude São José III que abastece Ipaporanga estava em 78 79 08/07/2019 com 5.848.846 m³ e pela simulação esse reservatório chegaria a 31/01/2020 80 com 2.942.103 m³, no entanto chegou a essa data com 3.808.642 m³. O açude Sucesso, 81 que abastece o distrito de Sucesso – Tamboril estava em 08/07/2019 com 6.204.000 m³ e 82 pela simulação chegaria a 31/01/2020 com 2.464.445 m³, mas chegou a essa data com 83 3.502.082 m³. Por fim, o açude Realejo que em 08/07/2019 estava com 770.000 m³ e de acordo com a simulação chegaria a 31/01/2020 com 60.000 m³, mas chegou a tal data 84 85 com 520.000 m³. Ao concluir o repasse de informação da operação 2019.2 dos 86 reservatórios da bacia, Helder ressaltou que foi possível perceber que todos os 87 reservatórios tiverem volume superior ao simulado pela COGERH, destacando que a 88 companhia utiliza tanto dados de consumo, como de evaporação para realizar as 89 simulações e considerando que os consumos foram bem próximos aos simulados, há 90 indícios que os dados de evaporação estejam superestimados, sendo que a gerência utiliza 91 informações da estação situada nas proximidades da rodoviária de Crateús e diante dessa 92 realidade a COGERH está analisando realizar estudos que venham garantir dados de 93 evaporação mais próximos a nossa realidade e assim as simulações sejam ainda mais 94 precisas. Na sequência Helder expôs um gráfico dos maiores volumes acumulados na 95 bacia de 2011 a 2019, destacando que o pior ano em volume armazenado foi em 2017 e 96 que em 2018 e 2019 a situação melhorou um pouco. Dando continuidade, Helder fala 97 sobre os aportes nos reservatório dos Sertões de Crateús no ano de 2020, informando que 98 o açude que teve maior aporte de 01/01/2020 a 19/02/2020 foi o Jaburu II com 2.005.477 99 m³, seguido do açude Colina com 1.892.086 m³. Helder acrescenta que o açude Flor do 100 Campo já teve aporte de 981.648 m³, o açude Carnaubal teve aporte de 679.798 m³, o 101 açude São José III teve 429.422 m³ de aporte, o açude 270.215, o açude Realejo teve 102 188.076 m³ de aporte, o acude Cupim teve 124.763 m³ de aporte, já o acude Barra Velha 103 teve 124.687 m³ de aporte e o que teve menor aporte até agora foi a Barragem do 104 Batalhão cujo aporte foi de apenas 85.968 m³. Para finalizar sua apresentação Helder 105 apresenta o volume dos reservatórios monitorados na Bacia dos Sertões em Crateús, com dados do dia 19/02/2020, informando que o açude Sucesso está com 52,77% da sua 106 capacidade, o açude São José III com 47,47% da sua capacidade, o açude Realejo com 108 1,90%, o açude Jaburu II com 6,39%, o açude Flor do Campo com 4,28%, o açude 109 Cupim com 9,08%, o açude Colina com 83,43%, o açude Carnaubal com 4,57%, a Barragem do Batalhão com 26,61% e o Barra Velha com 0,09%. Na sequência, o 110 colegiado contou com palestra sobre política de abastecimento de água e esgotamento 111 sanitário do Estado do Ceará, ministrada por Marcella Facó, técnica da Secretaria das Cidades. Neste momento, o colegiado pôde compreender um pouco dessas políticas e também conhecer programas, projetos e ações da Secretaria das Cidades na bacia dos 115 Sertões de Crateús. Marcela iniciou a apresentação destacando que alguns falam saneamento quando na verdade estão tratando exclusivamente de esgoto e ressalta que 116 para a legislação brasileira saneamento é abastecimento de água, esgotamento sanitário, 118 drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos e não é simplesmente os setores em si, mas uma prestação adequada com qualidade e quantidade suficiente para termos uma garantia de qualidade de vida, sendo esse também o objetivo das ações da Secretaria das Cidades. Marcela destaca que em 2016 o Estado instituiu a sua política, ressaltando que tal política já funcionava de alguma maneira no estado, tinha seus órgãos participantes, 123 mas faltava um direcionamento, faltava determinar as competências de cada um dentro 124 da Política. Em seguida apresenta um quadro com as competências de cada ente, destacando que compete aos municípios praticamente tudo, pois ele é o titular dos serviços, os municípios são responsáveis pelo saneamento, no entanto o município é responsável por muitas coisas e por isso ele pode delegar alguma das coisas que são de 127 sua responsabilidade para outras entidades. Já a coordenação da política de saneamento, 128 em termos estaduais, é a Secretaria das Cidades, assim quem acompanha as verbas, 129 define prioridade de investimento, identifica onde está havendo investimento é a 130 Secretaria das Cidades. Já o planejamento, gestão e investimento em termos de Estado é de competência da Secretaria das Cidades, pois é ela que coordena, planeja, geri e investe. Tem também a Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, que tem como 134 programa mais conhecido o Programa São José, que leva abastecimento de água para 135 comunidades e também o Programa Água para Todos que leva cisternas. Portanto, a SDA

136 também tem intervenção em saneamento, mas ela não trabalha com o esgotamento sanitário e nem com resíduos sólidos e drenagem. Já a Secretaria dos Recursos Hídricos -SRH fica responsável pelos pocos, que têm sido perfurados em todo o estado e tem tido uma intervenção muito importante na convivência com a seca. Marcela destaca que a 140 prestação de serviço é uma das funções que cabe ao município que ele pode delegar, sendo que na maioria dos Municípios é delegado a CAGECE, e assim a CAGECE fica 142 com essa função de prestadora de serviço, mas essa função pode ser delegada ao Sistema 143 Integrado de Saneamento Rural (SISAR) e aos SAAEs. Marcela comenta que o Ceará vai 144 ter uma agência reguladora, formada por um consórcio de seis municípios, que vai fazer 145 também esse processo de regulação e a Agência Reguladora do Ceará (ARCE) atua em todos os municípios que tem a CAGECE como prestador de serviço, sendo isso determinado por Decreto Estadual. No que se refere à fiscalização ambiental, Marcela Facó diz que também compete ao município fiscalizar ambientalmente, mas muitos municípios não tem órgão ambiental com competência de fiscalizar, então nesses casos 150 quem faz esse papel é a SEMACE e em situações especiais, onde há uma por exemplo 151 uma Reserva Nacional, o papel de fiscalizar é do IBAMA e do ICMBio. Tem também outras partes interessadas que intervém no saneamento de alguma forma, como por 153 exemplo, a COGERH, que auxilia a SRH em relação as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos, as Secretarias de Saúde, cujas ações de saneamento melhoram seus índices e falta delas piora, e por meio da vigilância sanitária, também fiscaliza, acompanha a qualidade da água. No que se refere a competência do governo federal, ele é a principal fonte de recursos. O Ceará tem 700 milhões reais previstos em 158 investimentos em saneamento, sendo 490 milhões de recurso federal. Em seguida Marcela fala dos principais investidores em saneamento no Ceará: FUNASA, Ministério 159 do Desenvolvimento Regional, KAF que é um banco alemão que só investe em saneamento rural, BIRD, Banco Mundial, FECOP - Fundo de Combate a Pobreza, 161 recursos próprios do prestador: CAGECE e SAAE e o SISAR, o BNDS, que inclusive da passagem do ano passado para esse ano foi criado uma linha de financiamento específico para o saneamento para facilitar as privatizações, e também a Agência Nacional das 164 Águas (ANA). Em seguida Marcela apresenta como estão distribuídos os municípios em relação a concessão, ou seja mostrando onde CAGECE, SAAE e prefeituras prestam serviços. Dando continuidade Marcela destaca que em 2016 foi criada a legislação que 167 define as competências, a política de reuso de água e atualizada a política de resíduos 168 sólidos, pois o Ceará foi um dos primeiros estados a publicar uma política de resíduos 169 170 sólidos e quando foi publicado em 2010 a Política Nacional, foi necessário atualizar a

171 estadual. Marcela ressalta que a lei estadual é bem parecida com a Nacional, no entanto a 172 nacional tem seis capítulos e a estadual além desses tem mais 3, um que trata do fundo estadual, outro sobre o sistema de informações e o saneamento Rural. Marcela fala ainda sobre os instrumentos de gestão para implementar o saneamento no Estado, onde um 175 deles é o Plano Estadual, necessário para entender onde era necessário investir, analisando onde todos os investidores em saneamento do estado estavam investindo para não haver sobreposição de ações em alguns locais e ausência em outros. Então a ideia desse plano estadual é fazer uma identificação de prioridades. O outro instrumento é o 178 sistema de informações, que capta as informações para poder trabalhar e auxiliar aonde tem necessidade e o terceiro instrumento é o fundo Estadual que provavelmente deverá 180 ser lançado esse ano e seria outra fonte de recursos. Sendo que após sua criação haverá Inclusive a possibilidade das associações comunitárias e prestadores de serviços tentarem captar recursos através dele. Marcela também falou de uma mudanca significativa da lei 183 que foi a possibilidade da cobrança por disponibilidade de rede. Ressaltando que isso está 184 185 regulamentado, mas ainda não foi implementado, no entanto é um avanço, pois nos 186 municípios onde a CAGECE é a prestadora de serviço tem cerca de 250 mil casos de residência cuja rede de esgoto passa em frente a casa mas o esgotamento da casa não está ligado a rede. Então, esses esgotos acabam contaminando o lençol freático. Por isso é 188 importante a ligação na rede de esgoto, mas as pessoas não querem ligar porque aumenta 189 a conta com a prestadora de serviço ou porque não quer quebrar a casa para passar a 191 tubulação. E diante dessa realidade alguns estados já estão cobrando pela disponibilidade de rede como estratégia para pressionar as pessoas a ligarem seus esgotos à rede, mas o Ceará ainda não está fazendo isso. Leandro, membro do CBHSC representando a CODEVASF, pergunta o motivo pelo qual o Ceará ainda não implementou essa cobrança e Marcela esclarece que está sendo discutido pela ARCE para que nem o prestador saía na desvantagem e nem a população saia em desvantagens, o papel da ARCE é manter 196 esse equilíbrio, para ninguém tirar vantagem, agindo com diplomacia. Marcela destaca 197 que a cobrança pelo uso do esgoto é decorrente de uma lei federal, a Lei 11.445, o país 198 inteiro cobra por esgoto, mas tem um município aqui no Ceará que frequentemente tenta 199 colocar a lei municipal e várias estratégias para não cobrar o esgoto. Em seguida Marcela 200 fala sobre a multa por infração ambiental, que está regulamentada e sendo implementada, sendo que sua implementação começou por Jericoacoara, pelos hotéis que não ligavam seus esgotos a rede, pois não é só o cidadão, pessoa física que faz isso, empresas, hotéis, 204 hospitais utilizam esgotamento irregular para não pagar pelo uso da rede das prestadoras. 205 Na sequência Marcela fala sobre o licenciamento simplificado, que foi instituído para

206 agilizar algumas obras de saneamento, especialmente no âmbito rural. Em seguida 207 Marcela fala da necessidade da região metropolita criar um conselho para que os 208 municípios que a compõe decidam juntos sobre o funcionamento do saneamento, haja vista a proximidade geográfica de tais municípios, ser impossível cada um determinar uma forma, pois eles compõem uma mesma rede. Marcela falou também do saneamento Rural que o governo federal reconheceu a necessidade de diretrizes específicas para o 212 mesmo, tanto que em 03 de dezembro de 2019 lançou o Plano de Saneamento Rural, mas aqui no Ceará desde 2016 já reconhecíamos que o saneamento rural tem suas particularidades, e desde 2016 já entendíamos que a população rural tem hábitos e cultura diferente da urbana e, portanto o saneamento rural deve ser pensado de forma diferenciada. Temos que entender que a população rural tem os mesmos direitos a água, tem que ter a mesma qualidade, mas as estratégias para garanti-la não necessariamente são as mesmas. Dando continuidade sua apresentação, Marcela fala sobre as ações da Secretaria das Cidades, destacando alguns projetos que estão em andamento, dentre eles o abastecimento de água das comunidades ribeirinhas do canal da transposição do rio São Francisco, o Águas do Sertão que é parecido com o Projeto São José e foca no fortalecimento do SISAR para garantir a sustentabilidade das comunidades que são abastecidas pelos SISAR, e por meio dele é feito abastecimento de água e melhorias de 224 esgotamento sanitário. Tem também o projeto de resíduos sólidos, onde está sendo feito (a) inclusão social dos catadores em todas as regiões do Estado, inclusive aqui nos Sertões de Crateús. Em seguida Marcela fala dois principais desafios para o saneamento no estado do Ceará, sendo o primeiro os recursos, pois as obras são muito caras. A modelagem de regulação em resíduos sólidos também é um desafio. Outro desafio é a integração interinstitucional, ressaltando que é muito difícil fazer essa comunicação entre os órgãos, entre os municípios. Há também o desafio da consolidação das regiões metropolitanas para que os municípios possam decidir juntos sobre o saneamento. E 231 ainda o desafio da participação dos municípios, onde Marcela mostra um mapa da 232 situação dos municípios da região em relação aos planos de saneamento e ressalta que os planos municipais são um exemplo das dificuldades da participação dos municípios, 234 destacando que na região dos Sertões de Crateús muitos municípios ou não tem ou não informaram que tem seus planos. Em seguida Aparecida da FETRAECE questiona se os consórcios de resíduos sólidos não estão sendo implementados e Marcela responde que 237 os consórcios são estratégias dos municípios, como os aterros sanitários são caros alguns municípios se unem em consórcios para custeá-los, mas nem todo município está 239 240 disposto a fazê-lo, pois tem custos e muitas vezes ele não está disposto a cobrar uma taxa

241 de resíduos sólidos e nem a população as vezes está disposta a pagar uma taxa por esse 242 serviço. Marcela acrescenta que atualmente o Estado está apoiando três consórcios: o do 243 Cariri, o de Limoeiro e o de Sobral. Na sequência a professora da UFC (Campus Crateús) pede a fala e se dirige a Marcela relatando que na apresentação a mesma falou de uma legislação que seria um mecanismo para obrigar os particulares, as residência, as indústrias, enfim, a ligarem na rede de saneamento de esgoto, com base nisso ela gostaria de saber se existe algum marco regulatório do Estado que tenda a acelerar esses processos, fazer de fato essa rede chegar aos municípios, pois tem muitos municípios que 248 estão praticamente zerados em relação a rede de saneamento. Marcela então relata que a Secretaria das Cidades desenvolve frequentemente projetos em busca de recursos para esse setor, inclusive no inicio do ano a secretaria conseguiu recursos para dois projetos, sendo um deles o esgotamento sanitário de Orós. E ressalta que a Secretaria está sempre em busca de recursos, mas é uma dificuldade, haja vista que esgotamento sanitário é muito caro. Inclusive informa que a Secretaria tem elaborado todos os projetos de 254 255 engenharia de esgotamento da bacia que pega o São Francisco de Jati até Jaguaribe, 256 Jaguaruana, onde a média de recursos para execução destes projetos é da ordem de 10 milhões. É muito caro e não é fácil conseguir, inclusive esse é o principal argumento por 258 quem defende a privatização do setor. Marcela lembra aos presentes que a Lei Nacional está sendo revista justamente porque o governo federal tem interesse em facilitar o 259 processo de privatização, mas que ironicamente essa discussão veio depois de um período de grande investimento no saneamento e de melhora dos índices, mas é sempre colocado que houve investimento e não melhorou os índices. No entanto, ao olhar dados oficiais, houve melhora sim, inclusive aqui no Ceará municípios que tinha 0% e hoje tem 50%, a exemplo de Barbalha que saiu de 0% para 54%,, não universalizou, mas melhorou sim. Existe realmente uma priorização em relação ao São Francisco, diante do medo de contaminação da água do rio São Francisco, cuja priorização foi deliberada a nível nacional. Após os esclarecimentos de Marcela, Wesley, membro da Comissão Gestora do açude Carnaubal e fiscal ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de 268 Crateús, pergunta a Marcela como o fundo estadual capta recursos e para onde esses 269 recursos são destinados e Marcela esclarece que na criação no fundo foi estabelecido que o recurso arrecadado com as multas pela não ligação de esgoto iriam para o fundo, as multas dos agentes reguladores em cima de companhia prestadora de serviço também, mas por ano isso não gerou um milhão de reais, assim hoje o valor substancial do fundo é 274 uma taxa que foi colocada em cima do prestador de serviço de 1%, a partir da qual é 275 possível um volume maior de recursos, mas ainda não chega a 10 milhões por ano, que 276 como comentei anteriormente é a média de um projeto de sistema de esgotamento, sendo que essa taxa cobrada ao prestador de serviço não pode ser maior, pois irá refletir financeiramente para a população. Por isso a ideia do fundo é fazer mais ligações, fazer manutenção de rede, fazer banheiro para quem não tem, instalar poços em áreas áridas, 280 apoiar catadores, enfim ações que demandam menos recursos, mas atendem muita gente. E para encerrar sua fala Marcela ressalta que o saneamento hoje tem dois grandes desafios: Primeiro a questão da gestão, ter pessoas capacitadas nos municípios, nas prestadoras de serviço, e que todos esses órgãos do sistema se comuniquem e a segunda dificuldade que é captar recursos. Após a participação de Marcela, Nilce convida os engenheiros da SOP para falarem sobre a obra da CE-351, no trecho que liga 285 286 Quiterianópolis à Parambu. Na sequência o engenheiro Filipe Almeida se apresenta e afirma que é de uma empresa terceirizada responsável pela supervisão da obra, sendo que 289 veio a reunião a pedido e acompanhando de John Sindeaux, que é gerente do DO de Tauá da Superintendência de Obras Públicas – SOP, a quem ele se reporta. Felipe inicia sua 290 291 apresentação mostrando mapas com a localização da CE – 351, no trecho que liga 292 Quiterianópolis a Parambu, esclarecendo que a obra deveria ter sido de Parambu a 293 Quiterianópolis, mas por questões técnicas a SOP e a empresa que executa a obra 294 decidiram que seria de Quiterianópolis a Parambu. Por isso hoje você observa que no trecho da obra em Quiterianópolis a obra já está quase toda pavimentada, só não está 295 sinalizada, pois esse processo só é feito no final da obra, enquanto que no trecho de Parambu talvez esteja com apenas 50% concluída. Dando continuidade Filipe apresenta 298 algumas informações do contrato da obra destacando que a mesma tem aproximadamente 46 km de extensão, ressaltando que o prazo para conclusão da obra foi esgotado, sendo 299 300 que a construtora já entrou com um aditivo de prazo e de valor da obra, destacando que a obra era orçada na ordem de 32 milhões e teve esse aditivo de 1 milhão e hoje ela está em 3 milhões. Informa ainda que, a empresa executora do serviço é a Maciel Construções e a consultoria, para qual ele trabalha, é o consórcio Concremat SGS que presta serviço para o Estado. Informa alguns detalhes da obra, explicando a partir de imagens, como a 305 inclinação da rampa na Serra do Atalho, que será de 10%, para que os carros não tenha dificuldade de subir, a velocidade da obra foi calculada em 60 km por hora, a largura da pista é de 6 metros, sendo uma mão de 3m, outra mão de 3m e um acostamento de 1 metro de cada lado e 50 cm para fazer a drenagem. Na sequência mostra fotos de trechos 308 antes da obra. Informa que o canteiro da Maciel Construções está localizado na 310 comunidade de Algodões e é justamente até Algodões que a CE está praticamente 100% 311 pavimentada, apenas em alguns pequenos trechos onde os postes ainda não foram 312 removidos é que ainda não houve pavimentação, lembrando que essa remoção é de 313 responsabilidade da ENEL. Filipe informa que a supervisão e a construtora perceberam a 314 necessidade de serem acrescentados mais bueiros que não haviam sido colocados pelo projetista da obra, mas na execução da obra foi observado a necessidade de acrescentar. Filipe continua sua apresentação informando que haverá uma sub-base de 15 cm em cima dela a camada de base, uma mistura de 60% de solo e 40% de brita de 21 centímetros e em cima dela teremos o Tratamento Superficial Duplo (TSD) e o Tratamento Superficial Simples (TSS), que chamamos de tratamento, não é asfalto, ela não está sendo 319 pavimentada com asfalto é tratamento, que popularmente seria brita misturada com pixe, que fica uma camada asfáltica, que está presente na maior parte das rodovias do Ceará e ela tem uma espessura de 2,5 cm. O projeto executivo informa os pontos onde serão extraídos os materiais para a obra, as jazidas, esses pontos foram definidos a partir de 324 estudo realizado por uma equipe de laboratório da projetista da obra, esses pontos onde serão removidos solo para serem colocados na pista foram licenciados pela SEMACE e a 325 326 pedreira também, sendo que a pedreira fica no lado esquerdo da obra, logo na saída de 327 Quiterianópolis para Parambu. Tatianna da SEMA pergunta se com a mudança no projeto para aumentar o número de bueiros teve a necessidade de se solicitar nova licença 329 ambiental e Filipe esclarece que bueiro não precisa de licença. Na sequência Filipe mostra imagens dos bueiros, esclarecendo que na obra tem vários tipos de bueiros 330 capeados: simples, duplos, triplos, sêxtuplo e nônuplo e tem bueiros tubulares que são bueiros de manilhas de concreto, simples, duplos e triplos. Filipe informa que ao longo da obra existem 2 bueiros sêxtuplo capeado, mostrando imagens com as dimensões, espessuras e materiais com os quais o mesmo foi construído e também fotos dos mesmos 335 336 na obra. Mostra também os bueiros nônuplos, utilizando como exemplo o que fica na localidade de São Pedro. Nesse momento a plenária questiona porque não foi feita uma ponte no local, e Filipe responde que o projetista considerou que seria melhor construir 338 um bueiro de 09 (nove) bocas e não uma ponte, talvez por ser mais barato do que a ponte 339 e também a velocidade de execução do bueiro ser bem mais rápida que a de uma ponte e também porque o projetista certamente calculou que o bueiro seria suficiente para dar vazão. Em seguida Lacerda, membro do CBHSC, representante da prefeitura de Quiterianópolis, comenta que apesar de não ter conhecimento técnico na área de engenharia, conhece bem a região e escuta sempre os moradores daquele trecho, que 344 possuem conhecimento empírico pela vivência no local e que existe um questionamento 346 muito grande acerca dos bueiros. Lacerda ressalta que não tem a ver com a quantidade de 347 bocas no bueiro, mas o tamanho, haja vista que lá não irá passar apenas água, mas

348 troncos de árvores, restos de vegetação, vários sedimentos, barro, enfim, tudo que é 349 colocado dentro do rio e que o mesmo na cheia carrega e arrasta. Lacerda informa que 350 esse rio comeca numa comunidade próxima a Santa Maria, que fica paralela a Algodões e o rio vem de lá trazendo tudo que tem pela frente, e conclui dizendo que se o bueiro fosse para passar só água seria suficiente. Filipe interrompe e diz que os bueiros são construídos com a função de vazão apenas de água. Lacerda retoma sua argumentação, dizendo que não há como o rio trazer só água e que tem vídeos com imagens mostrando como os bueiros ficaram após uma chuva no final do ano. Filipe informa que viu os 355 vídeos mencionados por Lacerda. Sr. João, membro do CBHSC, representante do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Quiterianópolis, comenta que a preocupação 357 da população é do bueiro não dar vazão, que a água represe e cause alagamento ou 358 mesmo que venha a romper e deixar a comunidade sem acesso. Felipe ressalta que houve por parte da SOP e da empresa de supervisão preocupação em relação a isso, quando 360 iniciaram a obra observaram essa situação, ouviram relatos de moradores, observaram 362 marca de água nas casas e chamaram a empresa projetista para tratar do assunto. John pede a palavra e fala que no início da obra foi percebido essas situações que Felipe mencionou e que por isso chamaram o projetista. John Sindeaux ressalta que no projeto é visto a estrada, bacia, as casas e cada projetista tem um jeito de trabalhar, em seguida vem a construtora para executar o projeto, enquanto a SOP acompanha para confirmar se ele está fazendo certo, faz a supervisão junto com a empresa terceirizada, tudo conforme o projeto, a gente vê se a construtora está fazendo como o projeto diz que tem que ser 369 feito, agora se a gente percebe alguma necessidade de mudança no projeto, nós temos que chamar a projetista e mostrar o que a gente, no decorrer da execução, percebe que precisa ser alterado, como por exemplo a necessidade aumentar o número de bueiros, mas tal alteração precisa ser aceita pelo projetista. No caso dos bueiros John destaca que a SOP teve que provar por A+B que ali passava água e necessitava de bueiro, mas nem tudo a SOP consegue provar, a gente escuta a população falar, mas não conseguimos provar que vem tronco, sujeira e outras coisas, existem cálculos para dimensionar os bueiros considerando a vazão, passagem de água, mas não há como, cientificamente, calcular a passagem desses outros materiais. E acrescenta que os bueiros são projetados para suportar chuvas corriqueiras, entorno de 100 mm, quando ele deverá represar um pouco e depois conseguir despachar toda a água, ressaltando que não tem como a gente 379 fazer uma drenagem esperando uma chuva milenar, se faz drenagem considerando as 381 chuvas que costumam acontecer. Após a fala de John, a plenária delibera por convidar o 382 projetista da obra para participar da próxima reunião do colegiado. Na sequência Filipe

383 retoma sua apresentação e ao tratar sobre os vídeos de Lacerda destaca que é preciso 384 considerar que naquele momento os bueiros ainda não estavam prontos, ainda havia 385 escoras nos mesmos, o que contribuiu para que a água represasse, além da existência de montes de terra do lado direito e esquerdo, pois como a obra ainda estava em execução 386 387 não havia sido feita a limpeza das laterais dos bueiros. Nesse momento, Lacerda volta a falar informando que chegou a conversar com Genário, engenheiro da construtora, pois 388 389 ainda que obra estivesse em execução, as chuvas iniciaram em dezembro e no final de janeiro ainda havia escoras nos bueiros, enquanto isso a água represando, fazendo 390 parecer que houvesse pouca preocupação com a população do local. E Lacerda continua afirmando que algumas ações precisam ser priorizadas, como a desobstrução dos bueiros, pois a chuva não vai esperar a obra ser concluída. Filipe informa que se por acaso um desses bueiros vier a romper teremos que ver o motivo, pois se foi erro da construtora, 394 ela terá que refazer sem cobrar, se foi devido a água a construtora fará o reparo cobrando e teremos que ver com o projetista, enfim tem várias situações. Filipe relata que até o 395 presente momento o projeto não tem alteração aprovada pela SOP, a inclusão de novos 397 bueiros não é considerada alteração de projeto, mas está sendo analisada a alteração do traçado da estrada na comunidade de Algodões, nas proximidades da Igreja, que inclusive houve manifestação de algumas pessoas e foi realizado um pedido de alteração do projeto junto a SOP e caso venha ser aprovado pela SOP vai gerar um novo aditivo. O projeto 400 original diz que a CE iria passar na frente da igreja, mas a proposta da população é que 402 ele passe distante da igreja, passando por cima da praça e com essa alteração é necessário 403 fazer uma concordância do raio mínimo para que com esse desvio a curva não fique muito fechada, terá que ser refeito um bueiro que já tinha sido finalizado no local e o que foi feito de base, sub-base nessa área próxima a igreja será perdido. Na sequência Filipe mostra mais fotos do antes e do depois de alguns trechos da obra e finaliza a apresentação. Lacerda volta a se colocar, ressaltando que tem preocupação por conhecer 407 a região e a força daquele rio, destacando que nem sempre a formação na área garante 408 que o profissional tenha razão e dá um exemplo de um açude que foi construído na localidade de Croá em Quiterianópolis, onde populares alertavam que não daria certo um reservatório daquele porte devido a vazão do riacho. Mas, um engenheiro atestou que dava certo e o açude foi feito e desde então o açude está constantemente em risco de arrombar. Já arrombou uma vez e destruiu tudo a jusante, plantações, rebanhos, as 414 vazantes, da localidade de Atalho até chegar a Quiterianópolis. Refizeram o açude e está 415 correndo risco de arrombar novamente, tudo isso por teimosia do engenheiro. E Lacerda 416 diz que se preocupa com os bueiros da CE porque desde 27 de dezembro que chove

417 naquela região e tem chovido com frequência nas cabeceiras do rio Poti. Lacerda 418 considera que os entulhos, a montante e a jusante de cada bueiro, poderiam ter sido removidos antes das chuvas ou logo após as primeiras chuvas, como também poderia ter sido adiantada a retirada das escoras dos bueiros, de maneira a desobstruir os mesmos e 421 evitar alguns transtornos. Filipe concorda com Lacerda em relação a retirada dos entulhos, mas das escoras não, pois poderiam comprometer a estrutura. Filipe acrescenta que a construtora deverá realizar a limpeza das entradas e saídas dos bueiros. Lacerda fala ainda de um bueiro na ladeira do Atalho, dizendo que o mesmo não vai suportar a 424 vazão. Filipe diz que já enviaram ofício sobre mesmo ao projetista, mas o projetista não aceitou mudança, assim se o mesmo chegar a estourar o projetista será responsabilizado. 426 Lacerda diz que do Atalho até Quiterianópolis a preocupação é grande, por se tratar de uma área baixa, qualquer represamento alaga muitas vazantes e até pode entrar nas casas e é essa a preocupação. Após a fala de Lacerda, Aparecida da FETRAECE comenta que é necessário também consciência da população ribeirinho no sentido de preservar a mata 430 ciliar, cumprindo inclusive a legislação ambiental e para ela mesmo que houvesse ponte 432 no lugar de bueiros ainda não resolveria a situação, sem falar que todos esses troncos, restos de árvores, areia, barro, vai parar dentro do açude Colina, que abastece 434 Quiterianópolis. Após a fala de Aparecida a professora do curso de Geografia do IFCE, Flávia Ingrid, solicita a palavra e questiona Filipe se como fiscal da obra, diante das perspectivas de chuvas, a empresa contratada para supervisão da obra e a própria SOP 437 não deveriam ter solicitado a construtora a retirada das escoras dos bueiros e a limpeza das entradas e saídas dos mesmos, ou até a priorização da construção dos mesmos para que eles não trouxessem danos a população, indagou também se ainda haverá colocação 439 440 de escoras nos bueiros e se sim, o que é possível fazer para que não haja essa situação. A professora acrescenta que em relação a quadra chuvosa, isso não é uma questão empírica, pois existem órgãos técnicos como a FUNCEME que informam quando vai começar a chover e até uma média de quanto vai chover, sem falar que fornece dados da média 443 pluviométrica da região, inclusive tem informações das chuvas excepcionais. Filipe esclarece que os bueiros nônuplos estão finalizados, portanto não haverá mais colocação de escoras. Em relação ao planejamento da execução dos bueiros a supervisão pode decidir, nós apenas podemos sugerir e essa sugestão foi feita, sendo que ele mesmo anotou por três vezes no diário de obra solicitando a execução dos bueiros, até porque em 448 dezembro de 2018 eu estava em Quiterianópolis e eu fui visitar a obra e levei uma grande chuva e com isso na metade de 2019 eu já estava solicitando a execução dos bueiros, mas 451 a construtora não acatou. Na sequência Leandro, membro do Comitê, representante da

452 CODEVASF, lembra da situação da lavagem da brita dentro do rio Poti, e Felipe diz que 453 essa situação foi resolvida, que a construtora fez um piscinão com uma lona e estão 454 lavando a brita e reutilizando a água. Reconhece que a construtora errou a fazer a lavagem dentro do rio, mas afirma que a situação foi resolvida. Após a participação da 456 SOP, o coordenador do Núcleo de Gestão Participativa da COGERH/Crateús, Ewerton Melo, apresentou o Relatório Anual de Atividades do CBHSC do ano de 2019, que é um 458 balanço da participação das instituições-membros do colegiado nas reuniões ordinárias em 2019, destacando que apenas 06 (seis) instituições tiveram 100% de presença nas 459 reuniões do CBHSC em 2019, sendo que as mesmas receberão uma placa de reconhecimento pela assiduidade. Ewerton destaca que mesmo não tendo participado de nenhuma reunião em 2019 o DNOCS não pode ser retirado do colegiado, pois é membro nato, assim será realizada uma visita de sensibilização ao DNOCS com objetivo de a instituição se fazer presente nas reuniões do CBHSC. Já em relação ao IBAMA que 464 também não participou de nenhuma reunião a secretaria-executiva está mobilizando 465 466 outras instituições federais para ocupar a vaga, uma vez que o IBAMA já informou da 467 impossibilidade de participar do colegiado. Ewerton observa ainda que a SRH também teve muitas faltas em 2019 e que posteriormente um representante desta instituição irá 469 esclarecer os motivos. Informa também que outra instituição que teve muitas faltas e que inclusive foi visitada pela secretaria-executiva do CBHSC para entender a situação foi o Instituto Agropolos. Momento em que Zagalo pede a fala e explica que houve o fechamento dos escritos regionais do Instituto Agropolos, mas sempre com a esperança de que logo a situação seria revertida, assim foi justificando as ausências da instituição nas reuniões do colegiado e acrescenta que ao ser procurado agora em fevereiro pela secretaria-executiva do colegiado, foi exatamente no momento em que está prestes a sair edital do projeto São José IV, onde há grande expectativa de reabertura do escritório do Agropolos em Crateús e assim solicita mais um tempo em relação a participação do 477 Agropolos no colegiado. Em seguida Zagalo pede para da um informe, repassando aos presentes a informação que a Maçonaria está com uma campanha intitulada Lago de Fronteiras Já, no intuito de unir instituições da região na luta pelo retorno e conclusão 480 daquela tão sonhada obra que irá beneficiar toda a região. Ainda sobre a participação das instituições, Nilce questiona o número de faltas da Cáritas e Maciel justifica que após sua indicação como membro não houve mais falta. Nayara Carvalho, do Núcleo de Gestão da 483 COGERH/Crateús pede a palavra e informa que após algumas faltas da Cáritas a 485 secretaria executiva visitou a instituição que optou por substituir seu membro titular e 486 que de fato após a substituição houve melhora significativa na participação da instituição

487 nas reuniões do colegiado, após a apresentação do Relatório Anual de Atividades do 488 CBHSC 2019, o mesmo foi aprovado pelo plenário. Na sequência Nilce convida Nayara para falar um pouco sobre o funcionamento das Comissões Gestoras, e ela, Navara Carvalho, informa que em 10 de dezembro de 2019 aconteceu o Seminário Institucional 491 para Renovação da Comissão Gestora do Açude Barra Velha, em Independência, ocasião em que foi eleita a nova CG do açude Barra Velha. Dando continuidade Nilce coloca em votação a aprovação da criação da CG do açude Barra Velha pelo plenário, que aprova por unanimidade a criação. Nayara retoma a palavra e informa também que no dia 12 de fevereiro aconteceu uma reunião da Comissão Gestora do açude Carnaubal e solicitou que Teobaldo, membro do CBHSC e secretario da CG do açude Carnaubal repasse ao 497 colegiado o encaminhamento da CG do açude Carnaubal. Teobaldo ressaltou que na reunião houve uma apresentação da Secretaria do Meio Ambiente de Crateús, onde o 499 fiscal ambiental e membro da CG do acude Carnaubal, Wesley, explicou as atribuições daquela secretaria e suas principais ações. Teobaldo lembrou também que foram 500 501 apresentados dados da operação 2019.2 do açude Carnaubal e em seguida a Secretaria de 502 Negócios Rurais de Crateús, por meio do técnico Luciano Melo, fez uma apresentação sobre o anteprojeto de derivação do riacho Capitão Pequeno. Teobaldo destacou que desde a construção do Carnaubal as administrações municipais desejam que tal anteprojeto se concretize e resumiu que a intenção seria a criação de um pequeno 505 reservatório no Riacho Capitão Pequeno, que passa a poucos metros do açude Carnaubal, 507 de maneira que em determinada cota esse reservatório viesse a sangrar para dentro do 508 açude Carnaubal aumentando assim sua possibilidade de receber aportes e que diante da apresentação de Luciano a CG encaminhou para o CBHSC a discussão sobre a 509 510 possibilidade de colocá-lo nas demandas para o Governador numa próxima oportunidade de encontro entre representantes do colegiado e o gestor estadual. Diante das colocações de Teobaldo, Nilce solicita que a plenária do colegiado se manifeste, sendo após algumas colocações decidido que será colocada na pauta da próxima reunião a participação de Luciano, com a apresentação do referido anteprojeto, para que os membros do CBHSC conheçam e sanem alguns dúvidas e em seguida delibere sobre sua colocação como 515 demanda ao governador. Após a fala de Teobaldo, Nayara informa que aconteceu também reunião da Comissão Gestora do açude Flor do Campo, no dia 06 de fevereiro e que na reunião os membros receberam informações sobre a operação 2019.2 do reservatório, apresentado por Helder Lucena, definiram detalhes da capacitação do colegiado que acontecerá em abril e discutiram sobre um projeto de assentamento que está em 521 andamento a montante do açude. Na sequência Ewerton pede a fala para informar que o

522 Manú, da COGERH, que vem monitorando as demandas colocadas pelos CBHs ao governador, repassou a informação que em relação a demanda do CBHSC sobre um 523 estudo dos impactos ambientais causados pela mineradora Globest, a SEMACE já tem um estudo nesse sentido e na próxima reunião o colegiado já pode incluir a participação 526 da SEMACE na pauta. Diante da fala de Ewerton a plenária delibera por incluir na pauta da próxima reunião do CBHSC participação da SEMACE para apresentação do referido 528 relatório. Ewerton continua sua fala sobre as demandas, e informa que em relação a demanda sobre a compensação ambiental do Lago de Fronteiras, que o CBHSC solicitou 529 que tal compensação fosse utilizada para criação da Unidade de Conservação da nascente do Poti e do Cânion do Poti é o DNOCS que vai decidir, assim o CBHSC tem que 531 articular com DNOCS para que o órgão diga o que é necessário para que esse recurso 532 seja utilizado da forma como o CBHSC pensou. Após a fala de Ewerton, Gilson coloca que a Associação Caatinga tem buscado junto a SEMA uma forma para que parte desse 534 recurso da compensação seja destinada à Associação Caatinga, tendo vista que a Serra 536 das Almas será impactada com a obra. Em seguida Sr. João, membro do colegiado 537 representando o Sindicato de Quiterianópolis informa que participou recentemente de uma reunião em Fortaleza onde discutiram sobre a necessidade do cumprimento do 538 539 Termo de Ajuste de Conduta - TAC pela Globest, pois com um início da quadra chuvosa aumenta a preocupação com os impactos ambientais causados pelos rejeitos das 540 atividades daquela empresa. No que se refere ao processo de mobilização para formação do CHB Parnaíba, Nilce informa que no dia 16 de janeiro teve reunião da diretoria provisória e do grupo de apoio em Teresina, que teve como pauta a elaboração do edital de eleição, apresentação do calendário eleitoral, apresentação do material de divulgação do processo de mobilização, apresentação do calendário dos seminários eleitorais e encaminhamentos. Nilce informa que a ANA já contratou a empresa que vai realizar a mobilização e que tal empresa já contratou os mobilizadores, inclusive Teobaldo é um dos mobilizadores e por isso ele teve que sair do grupo de apoio da diretoria provisória 548 549 do CBH Parnaíba. Na sequência Nilce ressalta a importância da participação dos membros do CBHSC no Seminário de Formação do CBH Parnaíba, tendo em vista que o 550 processo será igual ao que aconteceu para formação do CBHSC, portanto eleição de cada instituição pelos seus pares e é importante que a maior parte dos membros eleitos para representarem o Ceará no CBH Parnaíba sejam membros do CBHSC e do CBHSI, tendo em vista que algumas decisões que serão tomadas pelo CBH Parnaíba vão acabar impactando na bacia do Sertões de Crateús. Nilce ressalta que primeiro acontecerá um 556 seminário aqui em Crateús, no dia 01 de abril e no dia 02 acontecerá um seminário na

557 Serra da Ibiapaba e depois acontecerá um grande Seminário de Formação aqui em Crateús cuja data ainda não foi definida. Na sequência Nilce convida Teobaldo para falar 558 um pouco sobre a mobilização social e Teobaldo ressalta que já visitou muitos membros do CBHSC e esteve em 11 municípios, entre a Serra da Ibiapaba e os Sertões de Crateús, e que vai continuar as visitas. Teobaldo aproveita para reforçar o convite para todos participarem do Seminário que acontecerá no dia 01 de abril no Teatro Rosa de Moraes e ressalta o importante papel dos que serão eleitos para representar o Ceará no CBH Parnaíba, haja vista o respeito que se tem pelo Ceará nesse processo, pois é o Estado com 564 histórico de participação na gestão de recursos hídricos e funcionamento dos CBHs. 566 Então eles esperam muitos dos membros e também porque dos 50 membros do CBH Parnaíba o Ceará só terá 08 (oito), número pequeno e que precisa ser bem representado, haja vista as grandes decisões que esse colegiado interestadual terá que tomar. Após a fala de Teobaldo Nilce segue a pauta informando que seria interessante o colegiado 569 indicar mais cedo a pessoa a ser homenageada pela Comenda Zaranza e solicita que os membros do CBHSC observem as pessoas que trabalham pelos recursos hídricos e/ou pelo meio ambiente nos seus respectivos municípios para que na próxima reunião do CBHSC o colegiado possa ter opções de nomes e eleger um a ser homenageado pela Comenda em 2020, sendo que existe a ideia é que na próxima reunião o Sr. Bitonho, que foi escolhido pelo Comitê para ser homenageado em 2019, também esteja presente para que todos os membros do CBHSC o conheçam pessoalmente. Para finalizar, o Núcleo de Gestão da COGERH/Crateús aplicou um pequeno questionário avaliativo sobre a reunião. Durante a 26ª reunião ordinária do CBHSC foram feitos os seguintes encaminhamentos: 1- Destinar espaço para participação do projetista da CE-351 na 579 580 próxima reunião do colegiado; 2 - Aprovação do Relatório Anual de Atividades do CBHSC do ano de 2019; 3- Aprovação da criação da Comissão Gestora do açude Barra Velha; 4 - Convidar o técnico da Secretaria de Negócios Rurais de Crateús, Luciano, para apresentar o anteprojeto de derivação do Riacho Capitão Pequeno; 5 - Convidar a 583 SEMACE para apresentar o relatório sobre os impactos ambientais causados pela 584 atividade da mineradora Globest em Quiterianópolis; 6 - Eleger o homenageado pela 585 comenda Zaranza 2020 na próxima reunião do CBHSC. Sem mais nada a tratar, foi 587 lavrada por mim, Cicero Lacerda de Deus, e após lida e aprovada, será assinada pelos 588 presentes.

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ		
TITULAR	JOSÉ EDIVALDO RODRIGUES MELO	
SUPLENTE	KATHERINE CAVALCANTE DE AZEVEDO ARAGÃO ALBUQUERQUE	

ÁREA PASTORAL NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO		
TITULAR	ANTÔNIO ADONYS FARIAS SOBRINHO	
SUPLENTE	MARIA SOCORRO SAMPAIO CARVALHO	

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA DO ESTADO DO CEARÁ- FETRAECE		
TITULAR	BRÁS SOUSA RODRIGUES	
SUPLENTE	MARIA APARECIDA SOARES DE SOUZA	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE QUITERIANÓPOLIS - STRAAFQ		
TITULAR	FRANCISCO PINHEIRO DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	JOÃO SILVA DE MACEDO	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DE TAMBORIL		
TITULAR	JOSÉ OLIVEIRA RIBEIRO	
SUPLENTE	MARCOS AURÉLIO ALVES SANTOS	

CÁRITAS DIOCESANA DE CRATEÚS		
TITULAR	JAIR MARCIEL DE MELO	
SUPLENTE	EDEVALDO MELO RIBEIRO	

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDEPENDÊNCIA			
TITULAR	EUCLÍDIA CORDEIRO SANTIAGO DE PAIVA		
SUPLENTE	ROSILENE GONÇALVES DE OLIVEIRA		

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE INDEPENDÊNCIA- APROFI		
TITULAR	ANTONIA NILCE PEREIRA DE SOUZA	
SUPLENTE	PAULO EDUARDO GOMES COUTINHO	

	ASSOCIAÇÃO CAATING	A
ΓΙΤULAR	GILSON MIRANDA DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ANTÔNIO OLAVO VIEIRA DAS CHAGAS	
	ASSOCIAÇÃO DOS VAZANTEIROS DE I	NDEPENDÊNCIA
ΓΙΤULAR	ANTÔNIA ALVINA DE ARAÚJO	
SUPLENTE	MARIA DA PIEDADE PEREIRA DA SILVA	
	SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO	RURAL - SISAR
ΓΙΤULAR	SÔNIA MARIA XIMENES ARAGÃO SALES	
SUPLENTE	ANTÔNIO MARCOS DIOGO LEITÃO	
SERV	IÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO –	SAAE DE IPAPORANGA
ΓΙΤULAR	ROSA ALICE PEREIRA DA SILVA MOURÃO	
SUPLENTE	TEOVANE RODRIGUES DE SOUSA	
ASSOCIA	ACÃO DOS HISHÁDIOS DE ÁCHA DO ACH	DE CADMAIDAL ACCICA
ASSUCIA	AÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁGUA DO AÇUI	DE CARNAUBAL – ASSUSA
ΓΙΤULAR	FRANCISCO TEOBALDO GONÇALVES MARQUES	
SUPLENTE	FRANCISCO BARBOSA FARIAS	
	COLONIA DE PESCADORES Z-58 NO	VO ORIENTE
ΓΙΤULAR	JOSÉ RIBAMAR DO NASCIMENTO	
SUPLENTE	ANTÔNIO ALEXANDRE ALBUQUERQUE	
	ASSOCIAÇÃO DE MALHADA VE	RMELHA
ΓΙΤULAR	MANOEL LACERDA LOIOLA	
ΓΙΤULAR	ANTÔNIO ERIC DA SILVA PINTO	
ASS	OCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORE	ES RURAIS DE GROTA
ΓΙΤULAR	RAIMUNDO CASSIMIRO DE SOUSA	
SUPLENTE	MARINHO DA SILVA OLIVEIRA	

RAIMUNDA GOMES MARINHO

TITULAR

	SAMPAIO	
SUPLENTE	ANTÔNIO SÉRGIO MARQUES DA SILVA	
	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO C	CEARÁ - CAGECE
TITULAR	FRANCISCO FERNANDO DE AMORIM SILVA	
SUPLENTE	LUCICLEIDE MARIA DA SILVA	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE TA	AMBORIL
TITULAR	ANTÔNIO WILSON DE SOUSA	
SUPLENTE	JOSÉ ERISVALDO SEVERIANO SANTOS	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE INDE	PENDÊNCIA
TITULAR	JOSÉ EDILSON LIMA COUTINHO	
SUPLENTE	JOSÉ YURI FREIRE FARIAS	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE C	RATEÚS
TITULAR	MARCELO FERREIRA MACHADO	
SUPLENTE	LOURISMAR OLIVEIRA GOMES	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOV	O ORIENTE
TITULAR	ENOCH SABOIA COUTINHO	
SUPLENTE	ALONSO ALVES DA SILVA	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITE	CRIANÓPOLIS
TITULAR	CÍCERO LACERDA DE DEUS	
	ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUZA	
		OD ANC A
TITLU AD	PREFEITURA MUNICIPAL DE P	URANGA
TITULAR	JAEGER HOLANDA PINHO	
SUPLENTE	ANTÔNIO CRISTOVAM ALVES MELO	
	SECRETARIA DOS RECURSOS HID	RICOS - SRH
TITULAR	MÁRCIA SOARES CALDAS	
SUPLENTE	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ - EMATERCE		
TITULAR	EDIVALDO COSTA DOS SANTOS	
SUPLENTE	LINDINALVA OLIVEIRA DA CUNHA	

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF			
TITULAR	LEANDRO AGUIAR DE OLIVEIRA		
SUPLENTE	JOSÉ ORLANDO SOARES OLIVEIRA		

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA			
TITULAR	TATIANNA KARINNE ANGELO FERREIRA		
SUPLENTE	DORIS DAY SANTOS DA SILVA		

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS				
TITULAR	SEM INDICAÇÃO			
SUPLENTE	SEM INDICAÇÃO			
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA				
TITULAR	FERNANDO CELA PINTO			
SUPLENTE	KURTIS FRANÇOIS TEIXEIRA BASTOS			